# **EDITAL DE CREDENCIAMENTO**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 468/2021 INEXIGIBILIDADE Nº 008/2021 - CREDENCIAMENTO

**O MUNICÍPIO DE ALTO CAPARAÓ/MG** torna público que às **13 horas** do dia **17 de novembro de 2021**, a Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria nº. 2.957/2021, receberá na sala de Licitações, situada na Rua Ludovina Emerich, nº. 321 - Bairro Água Verde, os documentos dos interessados em participar do Processo Licitatório em epígrafe, realizado através de credenciamento, obedecendo às condições estabelecidas neste Edital e será regida pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações e Lei Complementar nº. 123/2006 e suas alterações, conforme o que se expõe a seguir:

#### I - DO OBJETO

- 1.1 O presente Processo Licitatório tem como objeto a contratação de instituição financeira (banco) para o serviço de arrecadação de tributos Municipais (GUIA DAM Documento de Arrecadação Municipal) do Município de Alto Caparaó, por intermédio de suas agências, com prestação de contas por meio magnético de valores arrecadados, conforme Anexo I, parte integrante do presente Edital.
- 1.2 Constituem anexos deste instrumento convocatório dele fazendo parte integrante:
  - ANEXO I Termo de Referência;
  - ANEXO II Formulário para Inscrição:
  - ANEXO III Modelo de Proposta de Adesão;
  - ANEXO IV Modelo de Procuração;
  - ANEXO V Declaração de Conformidade;
  - ANEXO VI Declaração do Cumprimento do Inciso XXXIII do art. 7º da ConstituiçãoFederal;
  - ANEXO VII Minuta Contratual;
- 1.3 O presente Edital de Credenciamento será disponibilizado às Instituições Financeiras interessadas no site da Prefeitura: <a href="http://www.altocaparao.mg.gov.br">http://www.altocaparao.mg.gov.br</a>, pelo link "Licitações Editais em Andamento".

### I - DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

- 2.1 As empresas interessadas a participar, deverão comparecer para o credenciamento em data e hora acima marcadas, apresentando a seguinte documentação:
- 2.2.1 ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL EM VIGOR, DEVIDAMENTE REGISTRADO, EM SE TRATANDO DE SOCIEDADES COMERCIAIS, E, NO CASO DE SOCIEDADES POR AÇÕES, ACOMPANHADO DE DOCUMENTOS DE ELEIÇÃO DE SEUS ADMINISTRADORES;
- 2.2.2 PROVA DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO GERAL DE CONTRIBUINTES (CGC/CNPJ);
- 2.2.3 PROVA DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES ESTADUAL OU MUNICIPAL, SE HOUVER, RELATIVO AO DOMICÍLIO OU SEDE DO LICITANTE, PERTINENTE AO SEU RAMO DE ATIVIDADE E COMPATÍVEL COM O OBJETO CONTRATUAL;
- 2.2.4 PROVA DE REGULARIDADE PARA COM A FAZENDA FEDERAL E INSS;
- 2.2.5 PROVA DE REGULARIDADE PARA COM A FAZENDA ESTADUAL;
- 2.2.6 PROVA DE REGULARIDADE PARA COM A FAZENDA MUNICIPAL DO DOMICÍLIO OU SEDE DO LICITANTE;
- 2.2.7 PROVA DE REGULARIDADE RELATIVA AO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO (FGTS);
- 2.2.8 PROVA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS INADIMPLIDOS PERANTE A JUSTIÇA DO TRABALHO, MEDIANTE A APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO NEGATIVA:
- 2.2.9 CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL EXPEDIDA PELODISTRIBUIDOR DA SEDE DA PESSOA JURÍDICA, COM DATA DE EXPEDIÇÃO INFERIOR A 90 DIAS.

Obs.: Caso o licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do planode recuperação extrajudicial, conforme o caso

- 2.2.10 DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO V DO ART. 27, DA LEI Nº 8.666/93 EMPREGADOR, conforme modelo em anexo;
- 2.2.11 REGISTRO, INSCRIÇÃO OU AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO JUNTO AO BANCO CENTRAL DO BRASIL.

- 2.2.12 INDICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL DA PROPONENTE, com a respectiva documentação (procuração ou documento equivalente, inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas CPF, inscrição no Registro Geral do Instituto de Identificação Carteira de Identidade), para praticar todos os atos necessários em nome da instituição financeira, em todas as etapas deste Credenciamento, e para o exercício de direitos e assunção de obrigações decorrentes do Contrato.
- 2.3 Os documentos acima deverão ser apresentados em envelope devidamente lacrado, constando o nome e endereço do licitante.
- 2.4 No caso das Micro e Pequenas Empresas, para comprovação da Regularidade Fiscal, deverão apresentar as certidões negativas mesmo que estas apresentem alguma restrição, situação em que será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, para regularização e apresentação das mesmas;
- 2.4.1 a não regularização das mesmas no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei Federal 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

# III - CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR

- 3.1 Poderão participar do presente Credenciamento:
- 3.1.1 As Instituições Financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na forma de banco Múltiplo, Comercial ou cooperativo, e Cooperativa de Crédito, que preencherem todos os requisitos exigidos neste Edital.
- 3.2 Não será permitida a participação nesta licitação as Instituições Financeiras:
- 3.2.1 Suspensas temporariamente para licitar e impedidas de contratar com a Prefeitura Municipal de Alto Caparaó, nos termos do inciso III do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
- 3.2.2 Declaradas inidôneas para licitar ou contratar com todos os órgãos da Administração Pública nos termos do inciso IV do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93 esuas alterações.
- 3.2.3 Que estejam impedidas de licitar ou contratar com esta Prefeitura Municipal de Alto Caparaó nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.
- 3.2.4 Que estiver em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, dissolução, liquidação ou concurso de credores.
- 3.2.5 Caso o licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do planode recuperação extrajudicial, conforme o caso.
- 3.2.6 Que esteja reunida em consórcio, qualquer que seja a sua forma

de constituição.

- 3.3 É vedada a qualquer pessoa física ou jurídica a representação, no presente credenciamento, de mais de uma empresa.
- 3.4 A participação nesta Licitação implica em aceitação integral e irrestrita dos termos deste Edital, dos regulamentos administrativos, das normas técnicas e principalmente, das exigências e penalidades contidas na Lei 8.666/93 e suas alterações.
- 3.5 Serão credenciados todos os interessados que comparecerem apresentando a documentação exigida no item II.
- 3.6 A qualquer momento poderão ser credenciados novos interessados que atendam as exigências do presente Edital.

# 3.5 – DA PARTICIPAÇÃO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

- 3.5.1 Em atendimento ao que dispõe os art. 47 e ss da Lei Complementar 123/2006 alterada pela Lei Complementar 147/2014, adotaremos os seguintes procedimentos:
- 3.5.1.1 Nas contratações públicas da administração Municipal será concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica;
- 3.5.1.2 Os itens de contratação deste Edital cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) serão destinados exclusivamente às microempresas e empresas de pequeno porte, exceto quando não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas.

# IV - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 4.1 A CONTRATADA credenciada prestará serviços de recolhimento de tributos e demais receitas públicas municipais, através de estrutura física (guichê de caixa, correspondentes, lotéricas), já existente, ou criada, e através de meios eletrônicos, ficando facultado às instituições a habilitar os canais que colocará à disposição.
- 4.2 São obrigações da CONTRATADA:
  - a) Receber tributos e demais receitas municipais somente através dos documentos de arrecadação (GUIA DAM Documento de Arrecadação Municipal), aprovados pela Secretaria Municipal de Fazenda, que estejam com todos os campos de informações obrigatórios devidamente preenchidos, sem emendas ou rasuras. Os pagamentos deverão ser

processados nos guichês de caixa ou meios eletrônicos, nos termos deste CREDENCIAMENTO;

- b) Arrecadar em toda sua rede de agências, postos bancários e outras representações, inclusive as que vierem a ser inauguradas, após a assinatura do CONTRATO;
- c) Apresentar ao Município, no ato da assinatura do CONTRATO, meios necessários àimplementação da prestação de serviços ora contratados e os horários de funcionamento de cada unidade arrecadadora, mantendo tais condições durante todo operíodo de vigência do CONTRATO, sendo que a implementação de novas modalidades de pagamento deverá ser previamente aprovada pela Secretaria Municipal de Fazenda;
- d) Comunicar formalmente ao Município, com a maior brevidade possível, a ocorrência de avarias, danos, reparações ou modificações ocorridas no sistema de recolhimento da CONTRATADA, que resultem em descontinuidade de arrecadação em modalidade de pagamento colocado à disposição do contribuinte, ou na modificação de qualquer processo que tenha reflexo nos serviços objetos do CONTRATO;
- e) A informação recebida nos Documentos de Arrecadação Municipal (DAM) será obtida pela leitura do código de barras padrão FEBRABAN ou pela digitação da respectiva representação numérica, ou por meio previamente aprovado pela Secretaria Municipal de Fazenda;
- f) A CONTRATADA não poderá, em hipótese alguma, cobrar qualquer taxa ou tarifa do contribuinte e/ou devedor, pela recepção, processamento e pagamento de suas obrigações;
- g) Autenticar o DAM, em todas as suas vias, ou emitir um recibo da recepção do pagamento, contendo o número de autenticação caixa e/ou código de transação, valor e data de pagamento, além da representação numérica do código de barras.
- h) Enviar ao Município, até o dia útil subsequente da arrecadação, arquivo com total das transações do dia.
- i) Em caso de incorreção de dados, remeter as informações regularizadas no prazo de 01 (um) dia útil, contado a partir do horário de recebimento da comunicação de rejeição, sem prejuízo das penalidades previstas no contrato;
- j) Cumprir as normas estabelecidas na legislação específica do Município, bem como nos instrumentos normativos que vierem a ser publicados para regular o procedimento concernente aos serviços de arrecadação objeto do CONTRATO, o que dependerá de prévia ciência das partes, por escrito;
- k) Apresentar mensalmente ao Município documento com a discriminação dos serviços prestados, constando a quantidade, a

modalidade de recebimento dos documentos e demais informações que se fizerem necessárias à apuração da prestação dos serviços;

- I) Fornecer ao Município, sempre que solicitadas, certidões negativas ou positivas com efeito de negativa de encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários;
- m) Disponibilizar ao Município os documentos e as informações necessárias para a verificação dos procedimentos de arrecadação, ficando a CONTRATADA obrigada a resolver eventual irregularidade, inclusive reprocessando a informação contida nos arquivos auditados, no prazo máximo de 30 (trinta) dias;
- n) Manter as informações de transmissão de arrecadação em meio eletrônico por um período mínimo de 05 (cinco) anos.
- o) Apresentar relatório mensal indicando o número de atendimento de arrecadação e aforma do recolhimento (quichê, meios eletrônicos, etc.)
- p) A CONTRATADA repassará o produto da arrecadação nos prazos definidos a seguir:
- D+2 para os documentos arrecadados no guichê, e forma de pagamento em dinheiro.
- II. D+3 para os documentos arrecadados no guichê, e forma de pagamento em cheque.
- III. D+2 para os documentos arrecadados no Autoatendimento e na Internet.
- IV. D+2 para os documentos arrecadados na Rede Lotérica, e forma de pagamento em dinheiro.
- V. D+2 para os documentos arrecadados no Correspondente Bancário.
- VI. Envio dos arquivos de retorno relativos aos recolhimentos realizados pela instituição em "**D+1**", a contar da data do mesmo, bem como reenvio em até 03 (três) dias corridos sempre que solicitado pela contratante.
- VII. Informar os números para contato telefônico com as centrais de apoio aos serviços de transmissão dos arquivos de retorno, bem como os endereços eletrônicos também utilizados pelas mesmas, e ainda atualizá-los sempre que houver modificações destes.

#### 4.3 - É vedado à CONTRATADA:

a) Utilizar, revelar ou divulgar, no todo ou em parte, ainda que para uso interno, informações ou documentos vinculados à prestação de serviços para o Município.

- b) Cancelar ou debitar valores sem a autorização expressa do Município.
- 4.4 Não será considerada como repassada a arrecadação:
  - a) Enquanto o arquivo das transações remetido pela CONTRATADA não for recebido pelo Município;
  - b) Quando o valor constante do arquivo das transações for diferente do valor registradono extrato, e enquanto perdurar a irregularidade.
- 4.5 São obrigações do Município:
  - a) Expedir normas e procedimentos de verificação e controle da consistência das informações relativas à arrecadação dos tributos municipais;
  - b) Estabelecer as especificações técnicas para a captura e envio das informações, conforme as condições estabelecidas no padrão FEBRABAN de código de barras;
  - c) Remunerar a CONTRATADA pelos serviços efetivamente prestados, através de autorização de débito em conta corrente de titularidade do Município mantida na instituição financeira, na mesma data do repasse do produto;
  - d) Pôr à disposição dos contribuintes a informação necessária para que estes possam efetuar seus pagamentos;
  - e) Entregar a CONTRATADA:
  - I. Recibo do arquivo enviado:
  - II. Mensagem de aceitação/ rejeição do arquivo enviado.
- 4.6 O Município autoriza a Contratada a efetuar estorno de documento de arrecadação quando constatar quitação irregular, desde que ocorra na mesma data do recebimento e antes do processamento que consolida o arquivo a ser entregue no primeiro dia útil após a data de arrecadação.
- 4.7 O Município autoriza a Contratada a receber contas, tributos, com cobrança de acréscimos, nos termos das instruções fixados pelo Município no respectivo (GUIA DAM Documento de Arrecadação Municipal).

### **V - DOS VALORES**

- 5.1 O Município pagará aos bancos credenciados pela prestação dos serviços os seguintes valores:
  - a) Pagamento em correspondentes bancários R\$ 2,10 (dois reais e dez centavos);
  - b) Pagamento através de internet R\$ 1,60 (um real e sessenta centavos);

- c) Pagamento através de autoatendimento (Caixa Eletrônico) R\$ 2,20 (dois reais e vinte centavos);
- d) Pagamento através da agência bancária, guichê de atendimento R\$ 3,50 (três reais e cinquenta centavos)
- e) Pagamento em rede lotérica ou banco postal R\$ 2,60 (dois reais e sessenta centavos).
- 5.2 A prestação de serviços de arrecadação ficará sempre sujeita à regulamentação efiscalização do Município, através da Secretaria Municipal de Fazenda.
- 5.3 Não será realizado pagamento de valores diferentes dos fixados acima, ficando a Instituição obrigada a emitir relatório detalhado dos tipos de atendimentos realizados e dos valores descontados.
- 5.4 Quantidade estimada de guias anuais:

Item	Quantidade anual estimada de guias
IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano	2.500
TLL/ISS	550
Dívida Ativa	800
Receitas Diversas	250
Eventuais	100

#### VI - DOS RECURSOS FINANCEIROS

6.1 - Os recursos financeiros utilizados para acobertar essa despesa são os provenientes das seguintes Dotações Orçamentárias  $n^0$ . 04.0129.0080.2028.33.90.39.00.00 - 0107.

### VII - DO PRAZO

- 7.1 O Prazo para assinatura do Contrato será de no máximo 05 (cinco) dias, de conformidade com o Art. 60 da Lei 8.666/93 e suas alterações.
- 7.2 As condições estabelecidas neste Edital integrarão o subsequente contrato.
- 7.3 Serão Contratados todos os credenciados.

- 7.3 O Contrato terá vigência por 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado para os exercícios seguintes, de acordo com as necessidades e o interesse da Administração.
- 7.4 A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pela Secretaria Municipal de Fazenda.

#### VIII - DO PRAZO PARA RECURSO

8.1 - O prazo para interposição de recurso contra indeferimento do pedido de credenciamento será de 03 dias úteis.

# IX - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 9.1 O Município pagará aos bancos credenciados pela prestação dos serviços os seguintes valores:
  - a) Pagamento em correspondentes bancários R\$ 2,10 (dois reais e dez centavos);
  - b) Pagamento através de internet R\$ 1,60 (um real e sessenta centavos);
  - c) Pagamento através de autoatendimento (Caixa Eletrônico) R\$ 2,20 (dois reais e vinte centavos);
  - d) Pagamento através da agência bancária, guichê de atendimento R\$ 3,50 (três reais e cinquenta centavos)
    - e) Pagamento em rede lotérica ou banco postal R\$ 2,60 (dois reais e sessenta centavos).
- 9.2 Pela prestação dos Serviços, nos termos deste Credenciamento, a CREDENCIANTE pagará á Instituição Financeira às tarifas estabelecidas no item anterior, ficando a Instituição Financeira autorizada a debitar da Conta Corrente os valores devidos a título de tarifas, no mesmo prazo estabelecido no presente, obrigando- se a CREDENCIANTE a manter saldo suficiente na Conta Corrente para o débito das tarifas.
- 9.3 Não será realizado pagamento de valores diferentes dos fixados acima, ficando a Instituição obrigada a emitir relatório detalhado dos tipos de atendimentos realizados e dos valores descontados.

Corrente ou não possua conta corrente no Banco Credenciado, o valor das tarifas devidas será deduzido imediatamente do repasse a ser efetuado pelo Banco.

- 9.5 A CREDENCIANTE não poderá, em hipótese alguma, utilizar o Documento de Crédito DOC e/ou Bloqueto de Cobrança, como documento de arrecadação, com trânsito pelo Serviço de Compensação de Cheques e Outros Papéis.
- 9.6 No preço estão incluídas todas as despesas diretas ou indiretas, ficando certo de que à CONTRATANTE, nenhum outro ônus caberá, além do pagamento estipulado acima.
- 9.7 A prefeitura efetuará o pagamento à contratada por unidade de serviço de arrecadação de tributos Municipais de Alto Caparaó.

# X- DAS SANÇÕES

- 10.1 Pela inexecução das condições estipuladas, a Contratada ficará sujeita às penalidades de advertência, multa, suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Alto Caparaó, e/ou declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, de acordo com os artigos 86 a 88 da Lei Federal n.º 8.666/93, sem prejuízo das responsabilidades Civil e penal cabíveis, garantindo o contraditório e a ampla defesa.
- 10.2 Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas:
- 10.2.1 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o 30° (trigésimo) dia de atraso na entrega do objeto, sobre o valor estimado da contratação, por ocorrência;
- 10.2.2 10% (dez por cento) sobre o valor estimado da contratação, no caso da adjudicatária, injustificadamente, desistir da execução do objeto ou causar a rescisão contratual.
- 10.3 O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado da Contratada dos pagamentos das faturas devidas pela Prefeitura, ou ainda, quando for o caso, deverá ser pago por meio de guia própria, da Prefeitura Municipal de Alto Caparaó, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da data da sua aplicação.

# XI - DAS CONDIÇÕES GERAIS:

11.1 - O licitante vencedor ficará obrigado a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicialmente atualizado, conforme preceitua o Art. 65, § 1º da Lei 8.666/93.

- 11.2 O Município poderá determinar a qualquer momento, mediante prévia comunicação à CONTRATADA, a realização de inspeções e levantamentos, inclusive nas agências integrantes da rede arrecadadora, para certificação dos procedimentos de processamento e repasse dos recursos arrecadados.
- 11.3 O Município poderá, através da Secretaria Municipal de Fazenda, a qualquer tempo, solicitar a alteração de rotinas operacionais previstas no CONTRATO, mediante comunicação prévia a CONTRATADA, desde que o interesse público assim recomendeobservando o prazo estabelecido no inciso I, deste item.
- 11.4 A previsão do número de guias a serem recolhidas, anualmente, estão relacionadas acima.
- 11.5 A CONTRATADA declara conhecer que, conforme as normas legais vigentes, lhe é proibido fornecer a terceiros qualquer tipo de informação que tenha obtido por ocasião da execução do CONTRATO. Em consequência a CONTRATADA se obriga a realizar todos os atos necessários para manter esta reserva, inclusive instruindo neste sentido os seus funcionários, agentes e representantes.
- 11.6 A CONTRATADA assume a responsabilidade pelos atos praticados por seus funcionários, agentes, assessores, representantes e qualquer pessoa vinculada a sua instituição no cumprimento do CONTRATO que venham em prejuízo dos interesses doMunicípio.
- 11.7 Caso a CONTRATADA não repasse o valor dos pagamentos realizados pelos contribuintes e/ou devedores, assumirá a responsabilidade pelo valor total não repassado, inclusive seus acréscimos.

# XII - DA REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO

12.1 - A presente Licitação poderá ser revogada ou anulada em qualquer fase, na conformidade do art. 49 e seus parágrafos, da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei n.º 8.886/94 de 08/06/1994.

Data de Expedição: 22 de outubro de 2021

SOPHIA REGINA VILAÇA EMERICK Presidente da Comissão de Licitação Chefe do Setor de Licitações

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Fone: (32) 3747.2507 / 2562 / 2580

# PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 468/2021 INEXIGIBILIDADE Nº 008/2021 - CREDENCIAMENTO

#### 1 - OBJETO

O objeto do presente termo é o credenciamento de instituições financeiras (Banco) para o serviço de arrecadação de tributos Municipais (GUIA DAM - Documento de Arrecadação Municipal) de Alto Caparaó, por intermédio de suas agências, com prestação de contas por meio magnético dos valores arrecadados.

#### 1.1.1.- JUSTIFICATIVA

1.1.2.- Manutenção das atividades arrecadatórias da Secretaria Municipal de Fazenda, visando a facilitação do processo de arrecadação e melhor atendimento aos contribuintes.

# 2 - DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

- 2.1 O prazo de vigência do Contrato originado por esse credenciamento será de 12 (doze) meses contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, de acordo com o inciso II, doart. 57 da Lei nº 8.666/93, desde que haja vantagem e conveniência para a Administração.
- Em caso de renovação do Contrato, os valores das tarifas contratadas serão atualizados monetariamente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor INPC, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE, ou outro índice que viera substituí-lo, ou de acordo com a legislação em vigor, pela menor periodicidade que ela autorizar, poderá ser repactuado o preço, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato.
- 2.2. A responsabilidade da distribuição dos carnês (DAM) a população ficará a cargo do Município de Alto Caparaó.
- 2.3. O Banco credenciado prestará serviços de recebimento de tributos Municipais (GUIA DAM Documento de Arrecadação Municipal) de Alto Caparaó de acordo com as estipulações do presente edital e minuta do contrato. A prestação dos serviços de arrecadação, e repasse de tributos e demais receitas Municipais, com respectiva prestação de contas por transmissão eletrônica de dados, em favor do Município, serão realizadas pelo BANCO, por suas subsidiárias, agências bancárias e postos de serviços, existentes ou a serem criados.
- 2.4. O BANCO fica autorizado a receber somente cheques de emissão do próprio contribuinte para quitação dos tributos, desde que sejam de valor igual ao documento de arrecadação e com vinculação ao pagamento, mediante anotação em seu verso. Se houver cheque não honrado, o mesmo será deduzido da conta corrente de arrecadação da CREDENCIANTE ou do repasse

a ser efetuado, sendo o referido cheque encaminhado ao Município, capeado pelo respectivo aviso de débito.

# 3 - DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

- 3.1. A CONTRATADA credenciada prestará serviços de recolhimento de tributos e demais receitas públicas municipais, através de estrutura física (guichê de caixa, correspondentes, lotéricas), já existente, ou criada, e através de meios eletrônicos, ficando facultado às instituições a habilitar os canais que colocará à disposição.
- 3.2. São obrigações da CONTRATADA:
- a) Receber tributos e demais receitas municipais somente através dos documentos de arrecadação (GUIA DAM Documento de Arrecadação Municipal), aprovados pela Secretaria Municipal de Fazenda, que estejam com todos os campos de informações obrigatórios devidamente preenchidos, sem emendas ou rasuras. Os pagamentos deverão ser processados nos guichês de caixa ou meios eletrônicos, nos termos deste CREDENCIAMENTO;
- b) Arrecadar em toda sua rede de agências, postos bancários e outras representações, inclusive as que vierem a ser inauguradas, após a assinatura do CONTRATO:
- c) Apresentar ao Município, no ato da assinatura do CONTRATO, meios necessários à implementação da prestação de serviços ora contratados e os horários de funcionamento de cada unidade arrecadadora, mantendo tais condições durante todo o período de vigência do CONTRATO, sendo que a implementação de novas modalidades de pagamento deverá ser previamente aprovada pela Secretaria Municipal de Fazenda;
- d) Comunicar formalmente ao Município, com a maior brevidade possível, a ocorrência de avarias, danos, reparações ou modificações ocorridas no sistema de recolhimento da CONTRATADA, que resultem em descontinuidade de arrecadação em modalidade de pagamento colocado à disposição do contribuinte, ou na modificação de qualquer processo que tenha reflexo nos serviços objetos do CONTRATO;
- e) A informação recebida nos Documentos de Arrecadação Municipal (DAM) será obtida pela leitura do código de barras padrão FEBRABAN ou pela digitação da respectiva representação numérica, ou por meio previamente aprovado pela Secretaria Municipal de Fazenda;
- f) A CONTRATADA não poderá, em hipótese alguma, cobrar qualquer taxa ou tarifa do contribuinte e/ou devedor, pela recepção, processamento e pagamento de suas obrigações;
- g) Autenticar o DAM, em todas as suas vias, ou emitir um recibo da recepção do pagamento, contendo o número de autenticação caixa e/ou código de transação, valor e data de pagamento, além da representação numérica do código de barras.
- h) Enviar ao Município, até o dia útil subsequente da arrecadação, arquivo com total das transações do dia.
- i)Em caso de incorreção de dados, remeter as informações regularizadas no

prazo de 01 (um) dia útil, contado a partir do horário de recebimento da comunicação de rejeição, sem prejuízo das penalidades previstas no contrato;

- j) Cumprir as normas estabelecidas na legislação específica do Município, bem como nos instrumentos normativos que vierem a ser publicados para regular o procedimento concernente aos serviços de arrecadação objeto do CONTRATO, o que dependerá de prévia ciência das partes, por escrito;
- k) Apresentar mensalmente ao Município documento com a discriminação dos serviços prestados, constando a quantidade, a modalidade de recebimento dos documentos e demais informações que se fizerem necessárias à apuração da prestação dos serviços;
- I) Fornecer ao Município, sempre que solicitadas, certidões negativas ou positivas com efeito de negativa de encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários;
- m) Disponibilizar ao Município os documentos e as informações necessárias para a verificação dos procedimentos de arrecadação, ficando a CONTRATADA obrigada resolver eventual irregularidade, inclusive reprocessando a informação contida nosarquivos auditados, no prazo máximo de 30 (trinta) dias;
- n)Manter as informações de transmissão de arrecadação em meio eletrônico por umperíodo mínimo de 05 (cinco) anos.
- o)Apresentar relatório mensal indicando o número de atendimento de arrecadação e aforma do recolhimento (guichê, meios eletrônicos, etc.)
- p) A CONTRATADA repassará o produto da arrecadação nos prazos definidos a seguir:
- I D+2 para os documentos arrecadados no guichê, e forma de pagamento em dinheiro.
- II D+3 para os documentos arrecadados no guichê, e forma de pagamento em cheque.
- III D+2 para os documentos arrecadados no Autoatendimento e na Internet.
- IV D+2 para os documentos arrecadados na Rede Lotérica, e forma de pagamento emdinheiro.
- V D+2 para os documentos arrecadados no Correspondente Bancário.
- VI Envio dos arquivos de retorno relativos aos recolhimentos realizados pela instituição em "D+1", a contar da data do mesmo, bem como reenvio em até 03 (três) dias corridos sempre que solicitado pela contratante.
- VII Informar os números para contato telefônico com as centrais de apoio aos serviços de transmissão dos arquivos de retorno, bem como os endereços eletrônicos também utilizados pelas mesmas, e ainda atualizá-los sempre que houver modificações destes.

#### 3.3 - É vedado à CONTRATADA:

a) Utilizar, revelar ou divulgar, no todo ou em parte, ainda que para uso interno, informações ou documentos vinculados à prestação de serviços para o

Município.

- b) Cancelar ou debitar valores sem a autorização expressa do Município.
  - 3.4 Não será considerada como repassada a arrecadação:
- a) Enquanto o arquivo das transações remetido pela CONTRATADA não for recebidopelo Município;
- Quando o valor constante do arquivo das transações for diferente do valor registradono extrato, e enquanto perdurar a irregularidade.
  - 3.5 São obrigações do Município:
- a) Expedir normas e procedimentos de verificação e controle da consistência dasinformações relativas à arrecadação dos tributos municipais;
- Estabelecer as especificações técnicas para a captura e envio das informações, conforme as condições estabelecidas no padrão FEBRABAN de código de barras;
  - c) Remunerar a CONTRATADA pelos serviços efetivamente prestados, através de autorização de débito em conta corrente de titularidade do Município mantida na instituição financeira, na mesma data do repasse do produto;
  - d)Pôr à disposição dos contribuintes a informação necessária para que estes possam efetuar seus pagamentos;
  - e) Entregar a CONTRATADA:
  - III. Recibo do arquivo enviado;
  - IV. Mensagem de aceitação/ rejeição do arquivo enviado.
  - 3.6. O Município autoriza a Contratada a efetuar estorno de documento de arrecadação quando constatar quitação irregular, desde que ocorra na mesma data do recebimento e antes do processamento que consolida o arquivo a ser entregue no primeiro dia útil após a data de arrecadação.
  - 3.7. O Município autoriza a Contratada a receber contas, tributos, com cobrança de acréscimos, nos termos das instruções fixados pelo Município no respectivo (GUIA DAM Documento de Arrecadação Municipal).

#### 4 - DOS PRECOS

- 4.1 O Município pagará aos bancos credenciados pela prestação dos serviços os seguintes valores:
  - a) Pagamento em correspondentes bancários R\$ 2,10 (dois reais e dez centavos);
  - b) Pagamento através de internet R\$ 1,60 (um real e sessenta centavos);
    - c) Pagamento através de autoatendimento (Caixa Eletrônico) R\$ 2,20 (dois reais e vinte centavos);
    - d) Pagamento através da agência bancária, guichê de atendimento R\$ 3,50 (três reais e cinquenta centavos)

# e) Pagamento em rede lotérica ou banco postal R\$ 2,60 (dois reais e sessenta centavos).

- 4.2 A prestação de serviços de arrecadação ficará sempre sujeita à regulamentação efiscalização do Município, através da Secretaria Municipal de Fazenda.
- 4.3 Não será realizado pagamento de valores diferentes dos fixados acima, ficando a Instituição obrigada a emitir relatório detalhado dos tipos de atendimentos realizados e dos valores descontados.

### 5. DA FISCALIZAÇÃO

5.1. A prestação de serviços de arrecadação ficará sempre sujeita à regulamentação efiscalização do Município, através da Secretaria Municipal de Fazenda.

# 6. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 6.1. O Município poderá determinar a qualquer momento, mediante prévia comunicação à CONTRATADA, a realização de inspeções e levantamentos, inclusive nas agências integrantes da rede arrecadadora, para certificação dos procedimentos de processamento e repasse dos recursos arrecadados.
- 6.2. O Município poderá, através da Secretaria Municipal de Fazenda, a qualquer tempo, solicitar a alteração de rotinas operacionais previstas no CONTRATO, mediante comunicação prévia a CONTRATADA, desde que o interesse público assim recomendeobservando o prazo estabelecido no inciso I, deste item.
- 6.3. A previsão do número de guias a serem recolhidas, anualmente, estão relacionadasem anexo deste termo.
- 6.4. A CONTRATADA declara conhecer que, conforme as normas legais vigentes, lhe é proibido fornecer a terceiros qualquer tipo de informação que tenha obtido por ocasião da execução do CONTRATO. Em consequência a CONTRATADA se obriga a realizar todos os atos necessários para manter esta reserva, inclusive instruindo neste sentido os seus funcionários, agentes e representantes.
- 6.5. A CONTRATADA assume a responsabilidade pelos atos praticados por seus funcionários, agentes, assessores, representantes e qualquer pessoa vinculada a sua instituição no cumprimento do CONTRATO que venham em prejuízo dos interesses doMunicípio.
- 6.6. Caso a CONTRATADA não repasse o valor dos pagamentos realizados pelos contribuintes e/ou devedores, assumirá a responsabilidade pelo valor total não repassado, inclusive seus acréscimos.

## 7 - PLANILHA DE QUANTITATIVOS

Item	Quantidade anual estimada de guias
IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano	2.500
TLL/ISS	550
Dívida Ativa	800
Receitas Diversas	250
Eventuais	100

# ANEXO II - MODELO DE SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

# PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 468/2021 INEXIGIBILIDADE Nº 008/2021 - CREDENCIAMENTO

Observação: Este modelo deverá ser copiado na forma e na íntegra em papel impresso da empresa.

A instituição financeira, inscrita no CNPJ sob o nº, sediada à, bairro, município de, por seu
representante legal o Sr, inscrito sob o CPF nºe RG nº:, domiciliado na, e-mail, nº. de telefone
, vem por meio deste, solicitar o Credenciamento, junto à Prefeitura
Municipal de Alto Caparaó, para executar serviços de recolhimento de tributos e demais receitas públicas municipais, através dos canais habilitados conforme abaixo:
demais receitas publicas municipais, atraves dos cariais nabilitados comorne abaixo.
) Autoatendimento ( ) Internet ) Correspondente Bancário ( ) Rede Lotérica/Banco Postal
) Correspondente Bancario ( ) Rede Loterica/Banco Postal ( ) Agência – Guichê de Atendimento
Declara, sob as penalidades da lei, preencher, nesta data, todas as
condições exigidas no Edital do Credenciamento nº. 008/2021 e, nunca ter sofrido qualquer penalidade no exercício da atividade, especialmente que possui estrutura para
prestar os serviços previstos no Edital, e que aceita prestar os serviços pelos valores
constantes da tabela prevista no regulamento.
Apresenta documentos, declarando expressamente a concordância com
todas as condições apresentadas no Edital e ciência de que o pedido de Credenciamento poderá ser deferido ou indeferido, segundo a avaliação da Comissão
Permanente de Licitações.
As intimações e comunicações decorrentes deste requerimento poderão ser
remetidas ao endereço eletrônico
Termos em que, Pede deferimento.
,dede 20
Assinatura e carimbo do licitante

# ANEXO III MODELO DE PROPOSTA DE ADESÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 468/2021 INEXIGIBILIDADE Nº 008/2021 - CREDENCIAMENTO

Α		INSTITUIÇÃO				B. CNPJ	ANCARIA nº	
			, com	sede à				
vem	por	meio	de	seu 	repre Portac	sentante lor	(s) do	legal(is) RG
nº			e CPF	nº				, vem
CREDE tributos de Alto magné	Municipais Caparaó, <sub>l</sub> tico de va	a, apresenta TO N° 008/2 s (GUIA DAM por intermédi lores arreca ecidas no Edit	021, visan 1 - Docum to de suas dados, ac	ento de A agências, ceitando, p	ação de s rrecadaçã com pres para tanto	serviço de lo Munici stação de o, todas	e arreca pal) do e contas	idação de Município por meio
	amos estar s, conforme	de acordo e a aguir:	com os v	/alores qu	e serão	pagos po	ela pres	stação de
centavo - Pagar - Paga reais e - Pagar (três re-	os); mento atrav mento atrav vinte centavo mento atrav ais e cinque	vés da agênc enta centavos rede lotérica	t R\$ 1,60 ( atendimential ia bancária s);	(um real e : to (Caixa E a, guichê c	sessenta (letrônico) (le atendin	centavos R\$ 2,20 nento R\$	); (dois 3,50	
Edital,	e aguarda	a, estar cien amos a ace unicípio de Al	eitação de	nossa I	NSTITUIÇ	ÇÃO FIN	IANCEI	RA como
			,	de	de 202	21.		
		Assinatura	e qualifica	ção do rep	resentant	e legal		
			(CARG	O CPF R	G)			

# ANEXO IV - MODELO DE PROCURAÇÃO

OUTORGANTE:,	
pessoa jurídica dedireito privado, inscrita, no CNPJ sob o nº	
, com sede àRua_, nº, na cidade de	
, Estado de,	
neste atorepresentada pelo(a) Sr.	(a)
(sócio/diretor),(nacionalidade) (estado civil),(profissão) portador (a) do RG nºe doCPF nº	
(estado civil),(profissão)	,
portador (a) do RG nºe doCPF nº	,
residente e domiciliado à Rua,	
nº,, na cidade de Estado de .	,
LStado de	
OUTORGADO: Sr.(a), (nacionalidade)	,
(estado civil), (profissão),	
nortador do PC nº	
e do CPF nº residente e domiciliado à Rua	1
e do CPF nº, residente e domiciliado à Rua, no,, na cidade de	.Estado de.
<b>PODERES</b> : Ao qual confere amplos poderes para representar a empresa no procedimento do Credenciamento nº. 008/2021, da Prefeitura Municipal de Alto Caparáo/MG, podendo para tanto prestar esclarecimentos, formular ofertas e demais negociações, assinar atas e declarações, vistar documentos, receber notificações, interpor recurso, manifestar-se quanto à desistência deste e praticar todos os demais atos inerentes ao referido certame.	
(Local),dede 20	
(Carimbo e Assinatura)	

# ANEXO V - DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

O signatário da presente DECLARA concordar com os termos do processo nº 468/2021, cujo objeto é o credenciamento de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários de recolhimento de tributos e demais receitas Municipais, por intermédio de suas agências, com prestação de contas por meio magnético de valores arrecadados, dos respectivos documentos e que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo MUNICÍPIO, quanto a qualificação, apenas dos proponentes que tiverem atendidos às condições estabelecidas e demonstrem integral possibilidade de proceder os serviços objeto deste credenciamento.

DECLARA, sob as penas da Lei, para fins deste credenciamento, que não está na condição de inidôneo para contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV, do Art. 87 da Lei nº. 8.666/93, bem como que comunicará qualquer fato ou evento superveniente a entrega dos documentos de habilitação, que venha alterar a atual situação quanto à capacidade técnica, regularidade fiscal e econômico-financeira.

(Local),de	de 20
(Carimbo e Ass	sinatura)

# ANEXO VI - DECLARAÇÃO - CUMPRIMENTO DO INCISO XXXIII do ART. 7º da CONSTITUIÇÃO FEDERAL

	(Nome da Empresa)	, inscrita no
CNPJ nº	, por intermédio do seu repre	
	, portador do RG nº	
	, DECLARA, para fins do disposto no	
	ISTITUIÇÃO FEDERAL, que não emprega menor de	
	uturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de	
	, р д	(
() Ressalva	a, emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na o	condição de aprendiz.
Observação	o: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.	
	(1 000)	
	(Local),dede 20	
	(Carimbo e Assinatura)	



#### **ANEXO VII - MINUTA CONTRATUAL**

CONTRATO N.º \_\_\_\_/2021

Contrato para contratação de instituição financeira (Banco) para o serviço de arrecadação de tributos Municipais (GUIA DAM Documento de Arrecadação Municipal), de Alto Caparaó, por intermédio de suas agências, com prestação de contas por meio magnético de valores arrecadados firmado entre 0 município e

O MUNICÍPIO DE ALTO CAPARAÓ, Estado de Minas Gerais, ente de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº. 01.616.270/0001-94, com sede na Rua Ludovina Emerich, nº. 321, neste ato representado pelo Senhor Prefeito, José Jacomel Junior, Gestão Administrativa 2021/2024, brasileiro, casado, agricultor, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_\_\_, nesta cidade, RG nº MG \_\_\_\_\_\_ e CPF nº. \_\_\_\_\_ e do outro lado a empresa \_\_\_\_\_\_, estabelecida na \_\_\_\_\_\_\_\_, estabelecida na \_\_\_\_\_\_\_, representada pelo Senhor(a) \_\_\_\_\_, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador RG n.º \_\_\_\_, SSP/\_\_\_\_\_ e do CPF n.º \_\_\_\_, firmam o presentecontrato nos termos constantes da Lei nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, nas condiçõesseguintes:

DO OBJETO. A CONTRATADA se obriga a executar serviços de arrecadação de tributos Municipais (GUIA DAM - Documento de Arrecadação Municipal) de Alto Caparaó, por intermédio de suas agências, correspondentes bancários ou lotéricas, com prestação de contas por meio magnético de valores arrecadados, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Fazenda, de acordo o ANEXOI -TERMO DE REFERÊNCIA do Edital de Credenciamento nº. 008/2021:

**2 - DO PRAZO DE VIGÊNCIA**. O prazo de vigência do presente Contrato será de 12 (doze) meses contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, de acordo com oinciso II, do art.



57 da Lei nº 8.666/93, desde que haja vantagem e conveniência para a Administração.

### 3 <u>- DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO</u>.

- 3.1 O Município pagará aos bancos credenciados pela prestação dos serviços os seguintes valores:
- a)Pagamento em correspondentes bancários R\$ 2,10 (dois reais e dez centavos);
- b)Pagamento através de internet R\$ 1,60 (um real e sessenta centavos):
- c) Pagamento através de autoatendimento (Caixa Eletrônico) R\$ 2,20 (dois reais e vinte centavos);
- d)Pagamento através da agência bancária, guichê de atendimento R\$ 3,50 (três reais e cinquenta centavos);
- e)Pagamento em rede lotérica ou banco postal R\$ 2,60 (dois reais e sessenta centavos).
- 3.2 A prestação de serviços de arrecadação ficará sempre sujeita à regulamentação efiscalização do Município, através da Secretaria Municipal de Fazenda.
- 3.3 Não será realizado pagamento de valores diferentes dos fixados acima, ficando a Instituição obrigada a emitir relatório detalhado dos tipos de atendimentos realizados e dos valores descontados.
- 3.4 Pela prestação dos Serviços, nos termos deste Credenciamento, a CREDENCIANTE pagará á Instituição Financeira às tarifas estabelecidas no item anterior, ficando a Instituição Financeira autorizada a debitar da Conta Corrente os valores devidos a título de tarifas, no mesmo prazo estabelecido no presente, obrigando-se a CREDENCIANTE a manter saldo suficiente na Conta Corrente para o débito das tarifas.
- 3.5 Caso a CREDENCIANTE não disponha de saldo na Conta Corrente ou não possua conta corrente no Banco Credenciado, o valor das tarifas devidas será deduzido imediatamente do repasse a ser efetuado pelo Banco.
- 3.6 A CREDENCIANTE não poderá, em hipótese alguma, utilizar o Documento de Crédito DOC e/ou Bloqueto de Cobrança, como documento de arrecadação, com trânsito pelo Serviço de Compensação de Cheques e Outros Papéis.
- 3.7 No preço estão incluídas todas as despesas diretas ou indiretas, ficando certo de que à CONTRATANTE, nenhum outro ônus caberá, além do pagamento estipulado acima.
- 3.8 A prefeitura efetuará o pagamento à contratada por unidade de serviçode arrecadação de tributos Municipais, de Alto Caparaó.
- 4 <u>DO FUNDAMENTO LEGAL</u>. Este contrato regula-se por todas as suas cláusulas e partes integrantes pelas disposições da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junhode 1993.
  - 5 **DA FONTE DOS RECURSOS E CONTA CORRENTE**. As



Rua Ludovina Emerich, 321 – Água Verde – Alto Caparaó/MG CEP.: 36979000 Fone: (32) 3747.2507 / 2562 / 2580

despesas decorrentes com a realização deste processo de Credenciamento correrão por conta dos recursos: 04.0129.0080.2028.33.90.39.00.00 – 0107

- 5.1 A conta corrente para movimentação dos recursos será: (deverá ser informada pela Instituição financeira habilitada).
- 6 <u>DA RESCISÃO</u>. O contrato poderá ser rescindido pela CONTRATANTE sem quaisquer ônus para a Municipalidade, nas seguintes hipóteses:
  - 6.1 Se verificar a falência recuperação judicial e extrajudicial da CONTRATADA;
    - 6.2 Se a CONTRATADA transferir o contrato no todo ou parte, sem anuênciapor escrito da CONTRATANTE;
    - 6.3 Se ocorrer manifesta impossibilidade da CONTRATADA de dar cabal e perfeito desempenho das obrigações assumidas;
    - 6.4 Caberá ainda rescisão administrativa deste contrato no caso da CONTRATADA, reincidentemente ou não, deixar de cumprir quaisquer das obrigações deste contrato, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que o couber.
- 7 <u>DAS SANÇÕES</u>. Quem deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento das execuções de seu objeto, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará sujeito à sanção prevista na Lei Federal 8.666/93, mais penalidades legais.
- 6.1. As penalidades serão aplicadas mediante procedimentos administrativos, garantindo o exercício do contraditório e ampla defesa.

#### 8 DAS CONDICÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO.

- 8.1 A responsabilidade da distribuição dos carnês, guias e outros à populaçãoficará a cargo do Município de Alto Caparaó.
  - 8.2 O Banco credenciado prestará serviços de arrecadação de tributos Municipais (GUIA DAM Documento de Arrecadação Municipal) do Município de Alto Caparaó, de acordo com as estipulações do presente edital e minuta do contrato. A prestação dos serviços de arrecadação, e repasse de tributos e demais receitas municipais, com respectiva prestação de contas por transmissão eletrônica de dados, em favor do Município, serão realizadas pelo BANCO, por suas subsidiárias, agências bancárias e postos de serviços, existentes ou a serem criados.
  - 8.3 O BANCO fica autorizado a receber somente cheques de emissão do próprio contribuinte para quitação dos tributos, desde que sejam de valor igual ao documento de arrecadação e com vinculação ao pagamento, mediante anotação em seu verso. Se houver cheque não honrado, o mesmo será deduzido da conta corrente de arrecadação da CREDENCIANTE ou do repasse a ser efetuado, sendo o referido cheque encaminhado ao Município, capeado pelo



Rua Ludovina Emerich, 321 – Água Verde – Alto Caparaó/MG CEP.: 36979000 Fone: (32) 3747.2507 / 2562 / 2580

respectivo aviso de débito.

- 8.4 O BANCO identificará qual foi o tributo recolhido através de cheque para quea CREDENCIANTE estorne seu pagamento em caso de devolução.
- 8.5 A Prefeitura Municipal de ALTO CAPARAÓ NÃO disponibilizará Débito Automático para os Contribuintes.
- 8.6 A CREDENCIANTE, pelo presente, outorga o BANCO poderes especiais para endossar os cheques recebidos para quitação dos Documentos de Arrecadação objeto deste Contrato.
- 8.7 Constatadas irregularidades no objeto contratual, a Contratante poderá, se disser respeito à especificação, rejeitá-lo, determinando sua adequação ou rescindindoa contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.
- 8.8 Na hipótese de ADEQUAÇÃO, a Contratada deverá efetua-la em conformidade com a indicação da Secretaria Municipal de Fazenda, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmentecontratado.
- 8.9 Para o recebimento, o Gestor do contrato, verificará a qualidade e especificações dos Serviços executados conforme a proposta ofertada, a conferência do Documento Fiscal e Atestará a Vigência do contrato em seu verso.
- 8.10 O recebimento não exime a Contratada de sua responsabilidade, na forma da Lei, pela qualidade, adequação e segurança do Serviço executado.

# 9 **DAS OBRIGACÕES**. Constituem obrigações da Contratada:

- a) Receber tributos e demais receitas municipais somente através dos documentos de arrecadação (GUIA DAM Documento de Arrecadação Municipal), aprovados pela Secretaria Municipal de Fazenda, que estejam com todos os campos de informações obrigatórios devidamente preenchidos, sem emendas ou rasuras. Os pagamentos deverão ser processados nos guichês de caixa ou meios eletrônicos, nos termos deste CREDENCIAMENTO;
- b) Arrecadar em toda sua rede de agências, postos bancários e outras representações, inclusive as que vierem a ser inauguradas, após a assinatura do CONTRATO;
- c) Apresentar ao Município, no ato da assinatura do CONTRATO, meios necessários à implementação da prestação de serviços ora contratados e os horários de funcionamento de cada unidade arrecadadora, mantendo tais condições durante todoo período de vigência do CONTRATO, sendo que a implementação de novas modalidades de pagamento deverá ser previamente aprovada pela Secretaria Municipalde Fazenda;
- d) Comunicar formalmente ao Município, com a maior brevidade possível, a ocorrência de avarias, danos, reparações ou modificações ocorridas no sistema de recolhimento da CONTRATADA, que resultem em descontinuidade de arrecadação



Rua Ludovina Emerich, 321 – Água Verde – Alto Caparaó/MG CEP.: 36979000 Fone: (32) 3747.2507 / 2562 / 2580

em modalidade de pagamento colocado à disposição do contribuinte, ou na modificação de qualquer processo que tenha reflexo nos serviços objetos do CONTRATO;

- e) A informação recebida nos Documentos de Arrecadação Municipal (GUIA DAM - Documento de Arrecadação Municipal) será obtida pela leitura do código de
- barras padrão FEBRABAN ou pela digitação da respectiva representação numérica, ou por meio previamente aprovado pela Secretaria Municipal de Fazenda;
- f) A CONTRATADA não poderá, em hipótese alguma, cobrar qualquer taxa ou tarifa do contribuinte e/ou devedor, pela recepção, processamento e pagamento de suasobrigações;
- g) Autenticar o DAM Documento de Arrecadação Municipal, em todas as suas vias, ou emitir um recibo da recepção do pagamento, contendo o número de autenticação caixa e/ou código de transação, valor e data de pagamento, além da representação numérica do código de barras.
- h) Enviar ao Município, até o dia útil subsequente da arrecadação, arquivo comtotal das transações do dia.
- i) Em caso de incorreção de dados, remeter as informações regularizadas no prazo de 01 (um) dia útil, contado a partir do horário de recebimento da comunicação de rejeição, sem prejuízo das penalidades previstas no contrato;
- j) Cumprir as normas estabelecidas na legislação específica do Município, bem como nos instrumentos normativos que vierem a ser publicados para regular o procedimento concernente aos serviços de arrecadação objeto do CONTRATO, o que dependerá de prévia ciência das partes, por escrito;
- k) Apresentar mensalmente ao Município documento com a discriminação dos serviços prestados, constando a quantidade, a modalidade de recebimento dos documentos e demais informações que se fizerem necessárias à apuração da prestaçãodos serviços;
- I) Fornecer ao Município, sempre que solicitadas, certidões negativas de encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários;
- m) Disponibilizar ao Município os documentos e as informações necessárias para a verificação dos procedimentos de arrecadação, ficando a CONTRATADA obrigada a resolver eventual irregularidade, inclusive reprocessando a informação contida nos arquivos auditados, no prazo máximo de 30 (trinta) dias;
- n) Manter as informações de transmissão de arrecadação em meio eletrônico por um período mínimo de 05 (cinco) anos.
- o) Apresentar relatório mensal indicando o número de atendimento de arrecadação e a forma do recolhimento (guichê,



Rua Ludovina Emerich, 321 – Água Verde – Alto Caparaó/MG CEP.: 36979000 Fone: (32) 3747.2507 / 2562 / 2580

meios eletrônicos, etc.)

# p) A CONTRATADA repassará o produto da arrecadação nos prazos definidos a seguir:

- I. D+2 para os documentos arrecadados no guichê, e forma de pagamento emdinheiro.
- II. D+3 para os documentos arrecadados no guichê, e forma de pagamento emcheque.
  - III. D+2 para os documentos arrecadados no Autoatendimento e na Internet.
- IV.D+2 para os documentos arrecadados na Rede Lotérica, e forma depagamento em dinheiro.
  - V. D+2 para os documentos arrecadados no Correspondente Bancário.
- VI. Envio dos arquivos de retorno relativos aos recolhimentos realizados pela instituição em "D+1" da data do mesmo, bem como reenvio em até 03 (três) dias corridos sempre que solicitado pela contratante.
- VII. Informar os números para contato telefônico com as centrais de apoio aosserviços de transmissão dos arquivos de retorno, bem como os endereços eletrônicos também utilizados pelas mesmas, e ainda atualizá-los sempre que houver modificações destes.

#### 9.1. É vedado à CONTRATADA:

- a) Utilizar, revelar ou divulgar, no todo ou em parte, ainda que para uso interno, informações ou documentos vinculados à prestação de servicos para o Município.
  - b) Cancelar ou debitar valores sem a autorização expressa do Município.

#### 9.2. Não será considerada como repassada a arrecadação:

- a) Enquanto o arquivo das transações remetido pela CONTRATADA não for recebido pelo Município;
- b) Quando o valor constante do arquivo das transações for diferente do valor registrado no extrato, e enquanto perdurar a irregularidade.

### 9.3. Constituem obrigações da Contratante:

Expedir normas e procedimentos de verificação e controle da consistência das informações relativas à arrecadação dos tributos municipais;

- a) Estabelecer as especificações técnicas para a captura e envio das informações, conforme as condições estabelecidas no padrão FEBRABAN de código debarras;
- b) Remunerar a CONTRATADA pelos serviços efetivamente prestados, através de autorização de débito em conta corrente de titularidade do Município mantida na instituição financeira, na mesma data do repasse do produto;
  - c) Pôr à disposição dos contribuintes a informação necessária



Rua Ludovina Emerich, 321 – Água Verde – Alto Caparaó/MG CEP.: 36979000 Fone: (32) 3747.2507 / 2562 / 2580

para que estes possam efetuar seus pagamentos;

# 9.4. Entregar a CONTRATADA:

- I. Recibo do arquivo enviado;
- II. Mensagem de aceitação/ rejeição do arquivo enviado.
- 9.4.1. O Município autoriza a Contratada a efetuar estorno de documento de arrecadação quando constatar quitação irregular, desde que ocorra na mesma data do recebimento e antes do processamento que consolida o arquivo a ser entregue no primeiro dia útil após a data de arrecadação.
- 9.4.2. O Município autoriza a Contratada a receber contas, tributos, com cobrança de acréscimos, nos termos das instruções fixados pelo Município no respectivo DAM Documento de Arrecadação Municipal.

# 10 DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO.

- **10.1.** Fica como responsável pela fiscalização do objeto a Secretária Municipal de Fazenda.
  - **10.2.** O responsável pela fiscalização verificará a qualidade e especificações dos serviços prestados. Também é dever do gestor do Contrato conferir os saldos existentes quanto ao quantitativo e a vigência dos contratos, devendo solicitar aditamento casonecessite.

# 11 DAS DISPOSICÕES GERAIS.

11.1. São partes integrantes deste Contrato, independentemente de transcrição, o Edital de Credenciamento nº. 008/2021, o Processo nº. 468/2021 e a Proposta da CONTRATADA, com os documentos que a acompanham.

## 12 DA REVISÃO DOS PRECOS.

- 12.1. Em caso de renovação do Contrato, os valores das tarifas contratadas serão atualizados monetariamente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor INPC, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE, ou outro índice que vier a substituí-lo, ou de acordo com a legislação em vigor, pela menor periodicidade que ela autorizar, poderá ser repactuado o preço, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato.
- 12.2. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, poderão implicar na revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.
- 12.3. Na hipótese da empresa solicitar alteração de preço, a mesma terá que justificar o pedido, através de planilha detalhada de custos, acompanhada de documento que comprove a procedência do pedido, tais como: lista de preços de fabricantes, notas fiscais ou matérias-primas, etc.



Rua Ludovina Emerich, 321 – Água Verde – Alto Caparaó/MG CEP.: 36979000 Fone: (32) 3747.2507 / 2562 / 2580

# 13 DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL.

- 13.1. Fica a CONTRATADA obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões do objeto deste instrumento, observados os termos e limites previstos no Art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/1993.
- 13.2. Eventual alteração será obrigatoriamente formalizada por meio de Termo Aditivo ao presente contrato, respeitadas as disposições da Lei Federal nº 8.666/1993.
  - 14 **<u>PO FORO.</u>** Para dirimir questões que resultem deste Contrato, a CONTRATANTE e a CONTRATADA, elegem o Foro da Comarca de Manhumirim, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que o seja.

E por estarem de acordo com todas as cláusulas aqui contidas, vai assinado pelos representantes legais das partes, inicialmente nomeados, juntamente com duas testemunhas.

Alto Caparaó, .... de ..... de 2021